

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 003/2021

- 1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS,
2 realizada no dia 16 de março de 2021, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e o
3 Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2020			
CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		OUTUBRO
			AGO
Rodrigo Salvador Lachi	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
Samanta Lima Venâncio	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	P
Tarciana Vasconcelos da Silva	TITULAR	GOVERNO - SMS	P
Nadia Alexandre de S. Queiroz dos Santos	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	P
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	P
Liana Aparecida Julião Pio do Carmo	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	P
Paulo Roberto Paes Musa	TITULAR	GOVERNO - SEMES	P
Guilherme de Souza Farinhas	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	***
Débora Mendes de Araujo Santos	TITULAR	GOVERNO - SECULT	F
Paulo Henrique Montenegro Lopes Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	F
Luiz Otávio Galvão de Barros	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	P
Mauricio Valente Souto de Castro	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***
Fernanda Muniz	TITULAR	GOVERNO - COHAB	F
Viviane Christina da Mota Souza	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	F
Luiz Fernando Carvalho de Souza	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
Glaucia Cristina Silva de Oliveira	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	P
Renata de Souza	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	***
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Justificado
Cruzada das Senhoras Católicas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Associação Comunidade Mãos Dadas	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
CAMPS	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Justificado
Sociedade de São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Vidas Recicladas	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
FORT-SUAS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Mirian da Silva	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Margarett Samara Soares	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Marilda Paixão Isaias dos Santos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Leticia Branquinho Dorigan	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P

Gislayne Kristyna Pereira Custódio	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Fernanda de Souza Santos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Hagnis Cavalcanti	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Luciléia Siqueira dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Iasmin Siqueira Morais dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F

Iniciando a assembleia em segunda chamada as 09h10, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja um bom dia a todos. Dando sequência, Sr. Rodrigo pede que a Secretaria Executiva faça a chamada nominal dos conselheiros para registro de presença. Na continuidade passa-se a pauta do dia.

1. Apreciação e Deliberação da ata da AGO de 09 de fevereiro de 2021 e ata da AGE de 24 de fevereiro de 2021:

Sr. Rodrigo informa que as atas foram disponibilizada a todos os conselheiros via e-mail e questiona se há alguma dúvida e considerações sobre as atas. Não havendo alterações as atas são aprovadas. Na sequência passa-se para o próximo item de pauta. **2. Apresentação do Diagnóstico**

Socioterritorial elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social:

Sr. Rodrigo inicia sua fala informando a presença da Sra. Caroline Hernandez, chefe da SEAREDES/SEDS, que participou da elaboração do diagnóstico a ser apresentado. Sr. Rodrigo lembra que o conselho é um espaço para debate e aprofundamento sobre a Política de Assistência Social. Faz um resgate histórico sobre a elaboração do primeiro Diagnóstico Socioterritorial no ano de 2014, apontando que os dados analisados evidenciaram os contrastes sociais do Município, onde desenvolvimento e riqueza convivem com situações de pobreza e segregações. Relata que a partir das áreas de ponderação observou-se que o gigantismo econômico convive com situações de vulnerabilidades e de riscos sociais. Assim, e de maneira inequívoca, o município de Santos é marcado pelas desigualdades sociais. Reforça que o diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita ler e compreender a realidade social e que este trabalho tem o objetivo de reunir e transformar dados em informação útil para orientar a gestão municipal nos processos de implementação e acompanhamento de políticas e programas sociais. Aponta que o Diagnóstico Socioterritorial é um componente obrigatório para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e está sendo elaborado pela equipe da Vigilância Socioassistencial SEAREDES/COGESUAS. Neste sentido, informa que o presente estudo está sendo elaborado a partir de um novo mapa de informações, considerando: Os dados do Cadastro Único para o conhecimento do perfil das famílias e indivíduos usuários da Política de Assistência Social de Santos, com destaque a alguns grupos específicos – população em situação de rua, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres e idosos –, procurando conhecer, a partir dos dados quantitativos, alguns de seus perfis e características; Os dados quantitativos dos serviços socioassistenciais, para compreender o volume de atendimento, público atendido e demanda que chega a parte dos serviços socioassistenciais do Município. Em relação a metodologia aplicada, registra que o planejamento ocorreu no final de 2019, considerando uma produção em duas grandes etapas: 1ª Compilação de dados primários e secundários sobre o perfil da população atendida e Análise dos dados quantitativos dos serviços socioassistenciais (1º semestre de 2020). 2ª Produção e sistematização de informações qualitativas, considerando as Informações das unidades socioassistenciais, dos/as trabalhadores/as e conhecimento do território (2º semestre de 2020). Sra. Raquel – Assistente Social da Organização Social “Gota de Leite” questiona se para além das informações do CADUNICO, há informações de demanda reprimida ou que não tenha conseguido acessar este, após a orientação de não cadastrar as famílias desde março do ano passado? Sr. Rodrigo informa que não houve orientação de não cadastramento, mas sim prioridades e aponta que Santos tem a maior taxa de atualização de cadastro na região. Sra. Marilda registra que houve uma morosidade no cadastramento devido a pandemia, mas as famílias não estão deixando de ser atendidas.

43 Sra. Samanta coloca que os atendimentos do CADUNICO nos CRAS nunca deixaram de acontecer ao
44 longo da pandemia. Os atendimentos tiveram que ser reduzidos considerando a necessidade de
45 atendimento presencial para preenchimento do CADUNICO, a redução de trabalhadores em regime
46 presencial e adaptação dos espaços físicos para garantir o distanciamento social. Por isso foram
47 estabelecidas prioridades para atendimento, em especial famílias com membros beneficiários do BPC
48 idoso e PCD, ou com vistas ao benefício, seja para validação ou inclusão cadastral, considerando que
49 essa população não acessaria o Auxílio Emergencial. Sra. Samanta informa ainda que desde o início de
50 2021 os CRAS tem trabalhado também na perspectiva de atender também as famílias beneficiárias de
51 Programas de Transferência de Renda e acompanhamento familiar na lógica da validação, bem como
52 inclusão a partir de avaliação técnica do PAIF. Sra. Marilda aponta que de agora para frente, com a
53 apresentação do diagnóstico, acredita que tem que se avançar nas questões de adequações de espaços
54 físicos, pois houve recursos provenientes da fonte “COVID” para ações de manutenção. Sr. Rodrigo
55 concorda e lembra que o Diagnóstico é um retrato e as impressões desse retrato devem ser avaliadas
56 para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e aponta ainda que os dados coletados no
57 Cadastro Único possibilitam, dessa forma, melhor conhecer as famílias e indivíduos usuários da
58 Assistência Social e suas condições de vida, principalmente daqueles mais vulneráveis. Na continuidade
59 da apresentação do Diagnóstico Socioterritorial, em relação ao segmento de população em situação de
60 rua, Sra. Marilda registra que vemos dados frios e lembra que o tempo para a população em situação de
61 rua é diferente, pois estes perdem o contato com o tempo, quando refere-se a sua permanência nas
62 ruas. Já em relação as razões que levam as pessoas a estarem nas ruas, Sra. Marilda aponta que embora
63 não apareça nos dados apresentados a saúde mental é um dos fatores, pois encontram-se nas ruas
64 pessoas com sofrimento mental gravíssimos. Sr. Rodrigo informa que foram usadas as categorias do
65 próprio CADUNICO, mas acredita que essa é uma observação importante para registro do município. Na
66 continuidade da apresentação dos dados, Sra. Marilda lembra que a maior favela em palafitas da
67 América Latina encontra-se na Zona Noroeste de Santos e que as pessoas estão sendo levadas a
68 permanecerem na extrema pobreza. Aponta que em 2014 o primeiro Diagnóstico Socioterritorial já
69 havia apontado isso, sendo assim, espera que o Diagnóstico Socioterritorial atual aponte estratégias de
70 ações que devem ser construídas. Sra. Aurora aponta que enquanto CMAS temos que pensar em ações
71 efetivas, pois ao cruzar dados com outras situações, precisam ser discutidas e acompanhadas. Em
72 continuidade a apresentação dos dados em relação ao segmento crianças e adolescentes, Sra. Raquel
73 Cuellar – Coordenadora da Organização Social ASPPE questiona se neste recorte de dados afetos a
74 crianças e adolescentes tem alguma leitura referente ao trabalho infantil? Sr. Rodrigo aponta que os
75 dados apresentados são informações sucintas e que o Diagnóstico Socioterritorial completo já se
76 encontra com mais de 150 páginas, mas será feita uma breve análise quando for mencionado os serviços.
77 Sra. Aurora sugere que esses dados referentes a crianças e adolescentes devem ser cruzados com o
78 CMDCA, para que possa se entender a atuação da Política de Assistência Social e para tal sugere uma
79 reunião com a Comissão de Política do CMDCA para um diálogo maior. Continuando a apresentação dos
80 dados, em relação ao segmento idoso, Sra. Aurora aponta que a população idosa é significativa na
81 Baixada Santista e principalmente em Santos. Questiona se tem alguma análise sobre essa população,
82 cruzando com outras políticas? Sr. Rodrigo informa que no setor da Vigilância Socioassistencial trabalha-
83 se com outras informações oficiais para análise. Sra. Marilda questiona onde estão esses idosos? Aponta
84 que o Diagnóstico Socioterritorial está muito bom, mas falta aprofundar questões de território, um olhar
85 mais aprofundado. Sr. Rodrigo aponta que toda consideração está sendo registrada para uma análise
86 mais profunda e detalhada. Sra. Marilda aponta que quando se convida os trabalhadores para a

87 discussão eles sempre comparecem e registra que ainda não viu o que esperava do Diagnóstico
88 apresentado. Com relação a menção da Sra. Raquel – “Gota de Leite” sobre a questão de que os idosos
89 que residem na orla da praia não vivenciam uma situação de vulnerabilidade material, mas suposta
90 relações de violações relacionais, Sra. Marilda lembra que nos edifícios da orla há trabalhadores, tais
91 como porteiros, domésticas que residem em seus locais de trabalho e que as situações de violações de
92 direitos são atendidas pelos CREAS. Sra. Marilda questiona se há serviços para idosos na Zona Noroeste
93 de Santos? Sr. Rodrigo informa que há os serviços dos CRAS e CREAS, além de serviço de convivência e
94 fortalecimento de vínculos. Sr. Leandro aponta que há ainda Organizações Sociais que mantém serviço
95 de República e serviço de atendimento domiciliar ao idoso no âmbito da proteção social básica. Em
96 continuidade a apresentação dos dados, Sr. Rodrigo aponta que a rede socioassistencial se estrutura a
97 partir do território, pautando sua atuação em dois níveis de proteção: Básica e Especial, sendo esta
98 última de Média e Alta Complexidade e que este diagnóstico considera as informações das unidades
99 públicas e privadas com relação de parceria. Em 2020, a gestão municipal avançou no reconhecimento
100 de toda a rede socioassistencial, incluindo entidades sem relação de parceria no PMASWEB e Censo
101 SUAS, mas ainda precisa avançar mais na sistematização dos dados de atendimento para promover um
102 monitoramento mais completo. Aponta que os CRAS são unidades públicas de atendimento localizadas
103 em regiões de alto índice de riscos e vulnerabilidades sociais. Desenvolvem o trabalho social com famílias
104 por meio dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF nos territórios de maior
105 vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenção às situações de riscos sociais e a garantia dos
106 direitos socioassistenciais, ampliando o acesso dos munícipes aos seus direitos, bem como o
107 fortalecimento de vínculos familiares. Registra que com a situação da pandemia do COVID-19, as
108 situações de risco e vulnerabilidades sociais aumentaram em decorrência do aumento das taxas de
109 desemprego, redução da renda das famílias que atuavam no Mercado de Trabalho Informal,
110 instabilidade no mercado e inflação, elevando o custo de vida das famílias. Assim, a situação de
111 pandemia atingiu não só as famílias já referenciadas aos Serviços de Proteção Social Básica da Assistência
112 Social, como também famílias que antes não acessavam essa Política Pública. Sra. Marilda reforça que o
113 ano de 2020 foi um ano específico e que a atuação ficou mais focada no modelo de “plantão social”.
114 Voltou-se a essa modalidade e não achou-se uma nova forma de atuar. Sr. Rodrigo concorda e entende
115 que vai ser um desafio grande para a retomada de questões pactuadas para execução da Política de
116 Assistência Social. Entende que são ações que terão que estar previstas no Plano Municipal de
117 Assistência Social a ser elaborado. Sra. Sandra Santos – Assessora do Vereador Cacá Teixeira, aponta que
118 os documentos postos que hoje apontam fluxos e formas de atuação na Política de Assistência Social,
119 precisam dar subsídios para atuação agora, porque a pandemia não há uma previsão de término. Para
120 tal precisa-se pensar em estratégias. Com relação aos dados de crianças e adolescentes abordados, Sra.
121 Marilda questiona se o número refere-se a apenas uma abordagem ou eles se sobrepõe? Sr. Rodrigo
122 informa que refere-se ao número de abordagens no mês, portanto um somatório que pode sobrepor a
123 mesma pessoa abordada em meses diferentes. Sra. Marilda esclarece então que é número de
124 abordagens e não de abordados. Continuando a apresentação dos dados, Sr. Rodrigo explana sobre o
125 CREAS - Pop, que executa o serviço especializado para pessoas em situação de rua e o Serviço
126 Especializado em Abordagem Social. Aponta que em razão do Estado de Calamidade causado pela
127 pandemia do COVID – 19, o atendimento foi ampliado e o período de funcionamento passou abarcar os
128 finais de semana. Sra. Marilda aponta que se faz necessário esclarecimento e informa que o CENTRO-
129 POP é o CREAS – POP, onde também há o serviço de abordagem social. Sendo assim, solicita a correção
130 do termo de CENTRO – POP para CREAS – POP. Informa que há dois serviços dentro da unidade, com

131 duas chefias que o gerenciam. Sr. Rodrigo aponta que esta forma é uma opção da gestão, pois pela
132 Política deveria ser um coordenador para os dois serviços. Sra. Marilda lembra que essa é uma discussão
133 que vem sendo feita desde 2019 quando houve a separação dos serviços por divergências de
134 metodologia. Com relação a apresentação dos dados afetos aos serviços de acolhimento, Sra. Marilda
135 aponta que com a pandemia houve serviço fechado para reforma, no caso o serviço SEACOLHE-AIF,
136 sendo assim entende que as vagas deste serviço não deveriam ser computadas. Registra que a
137 capacidade máxima dos serviços não foi atingida, ficando em média entre 35 a 40 pessoas das 50 vagas.
138 Sr. Rodrigo esclarece que por esta razão o termo a ser utilizado é capacidade instalada. Sra. Marilda
139 também aponta que a capacidade do serviço SEACOLHE-AIF não está de acordo com as normativas,
140 levando-se em consideração o quadro de RH e a questão do espaço físico para se manter o
141 distanciamento social. Sr. Rodrigo concorda e novamente reafirma que é o que difere o conceito de
142 capacidade instalada e capacidade de atendimento. Informa que em relação ao fluxo de atendimento à
143 mulher vítima de violência, há possibilidade de nova organização, com possível implantação de serviço
144 de “Casa de Passagem”, como previsto na última Conferência Municipal. Sra. Marilda retoma a questão
145 sobre quais as potencialidades que cada território possui? Quais ações e estratégias pensadas? E os
146 qualitativos dos território, porque não há dados de cada serviço? Aponta que não consegue ver dados
147 simples. Sr. Rodrigo ratifica que a apresentação é uma síntese. O Diagnóstico completo precisa ser
148 lapidado e ser construído, considerando os dados da discussão aqui realizada. Como já apontado, tendo
149 em vista a pandemia, não foi possível construir de forma coletiva. Sra. Bárbara – CREAS, sugere que haja
150 discussão do diagnóstico em reunião de coordenação e departamento, pois sai da reunião com uma
151 série de inquietações para dialogar e construir o Plano Municipal de Assistência Social. Sra. Marilda
152 aponta que é bom quando se fala de reunião com chefias e coordenação, mas deve-se escutar os
153 trabalhadores em geral. É uma fonte para se informar o que o usuário precisa, pois é quem a Política
154 precisa atender. Aponta que os serviços estão abertos e os usuários vão até eles. Sra. Aurora lembra que
155 todos esses dados serão usados na conferência, no embasamento para discussão e implementação da
156 Política Municipal. Sra. Tânia – Coordenadora do Serviço da Organização Social “Casa da Criança”,
157 questiona, que tendo em vista as medidas mais restritivas, se será mantida a ida até o paço municipal
158 para solicitar reunião com o Sr. Prefeito com relação a vacinação dos trabalhadores do SUAS? Sra. Aurora
159 sugere que se encaminhe por e-mail ratificando a solicitação. Sr. Rodrigo lembra que havia ficado
160 acordado que nesta AGO fosse indicada uma data para a ida ao paço, mas concorda com o
161 encaminhamento. Não tendo mais questões sobre a apresentação do Diagnóstico Socioterritorial,
162 passa-se para o próximo item da pauta. **3. Informes do CMAS:** Sr. Rodrigo passa a palavra para Sra.
163 Marilda coordenadora do GT – POP Rua. Sra. Marilda sugere que pelo adiantado da hora suprima-se o
164 relato. Aponta apenas que as faltas do representante do órgão gestor nas reuniões é o maior problema
165 nas discussões do GT e solicita que o Sr. Rodrigo confirme presença na próxima reunião a se realizar no
166 dia 08 de abril, que deverá trazer a devolutiva sobre as alterações da minuta do CIAMP-RUA. Sr. Rodrigo
167 confirma a presença. Tendo em vista a ausência justificada da Sra. Carine – coordenadora da comissão
168 de política, Sr. Leandro faz um breve relato da discussão, apontando que o principal encaminhamento
169 refere-se ao agendamento de reuniões com as organizações sociais inscritas no CMAS, por serviço, para
170 que se dialogue sobre a revalidação 2021, com base na execução das ações das mesmas durante a
171 pandemia. Sra. Samanta – coordenadora da ICS-PBF, faz o relato da reunião e conforme deliberado na
172 comissão, apresenta para a AGO a Nota de Repúdio em relação a robotização do CADUNICO. Lida a nota
173 os conselheiros aprovam pelo encaminhamento da mesma. Sra. Sandra Santos, compartilha com os
174 presentes Requerimento do Vereador Cacá Teixeira sobre a mesma questão. Em seguida Sr. Rodrigo

175 apresenta o plano de aplicação financeira do IGD-M. Sra. Marilda questiona se a compra dos planos de
176 telefonia móvel são só para os CRAS e se não pode ser feita para o CREAS-POP também? Sr. Rodrigo
177 solicita que a Sra. Samanta possa explanar sobre a questão, mas entende que é uma questão a ser
178 discutida e que não vê impedimentos, desde que utilizando-se protocolo específico. Sra. Samanta
179 informa que na última reunião da ICS-PBF discutiu-se a atualização do CADUNICO via remota e dialogou-
180 se incluir o CREAS-POP nesta questão. Aponta que não temos regras e normativas da forma de
181 operacionalização do atendimento remoto do CADUNICO, para que se de segurança do trabalhador e
182 dos usuários que prestam as informações. Até levando-se em conta a questão da robotização do
183 sistema, precisa-se qualificar essa questão. Não havendo óbices é incluído o CREAS-POP no plano de
184 aplicação. Com relação à comissão de legislação, devido à dificuldade de áudio da coordenadora da
185 comissão, Sra. Fernanda Souza, Sr. Leandro faz breve relato. Aponta que a comissão discutiu a questão
186 da representatividade do trabalhador no CMAS, principalmente aqueles que encontram-se atuando no
187 gabinete. Os conselheiros chegaram à conclusão de que se o trabalhador não recebe função gratificada,
188 o mesmo não deve ser considerado gestão só por estar lotado dentro do gabinete. A outra discussão foi
189 referente ao número de ausências e justificativas nas comissões do CMAS, onde foi solicitado que a
190 Diretoria Executiva analisasse a questão. Na sequência Sr. Rodrigo faz breve relato sobre a reunião da
191 Diretoria Executiva e aponta que em relação as ausência e faltas, deliberou-se que a Secretaria Executiva
192 entre em contato com os usuários para identificar os motivos de não participação nas reuniões do
193 conselho e dar uma devolutiva na próxima reunião da Diretoria. Sr. Rodrigo informa ainda que discutiu-
194 se sobre o ofício recebido do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, sobre possível incoerência no
195 Demonstrativo Físico – Financeiro de 2018. Sr. Rodrigo informa que em contato com a Sra. Mayara –
196 Presidente na Gestão 2018/2019, identificou-se o equívoco do CMAS e para tal será remetido ofício de
197 correção ao FNAS. Sr. Rodrigo informa ainda que a Diretoria realizou discussão sobre as alterações da
198 minuta do CIAMP-RUA que será apresentado na próxima reunião do GT – POP RUA. Passa-se para o
199 próximo item de pauta. **4. Indicação de Representante do CMAS para compor o Comitê Municipal da**
200 **Primeiríssima e Primeira Infância:** Sr. Rodrigo explica que se faz necessário que seja indicado
201 representante deste conselho para o respectivo comitê. A conselheira Sra. Margaret Soares se coloca à
202 disposição para representar o conselho como titular e a conselheira Sra. Letícia Branquinho se coloca
203 para suplência. **5. Assuntos Gerais:** Sr. Rodrigo abre a palavra a todos os presentes. Sra. Tarciana informa
204 sobre o Encontro de Macroterritório dos Morros no dia 25 de março às 14h, via plataforma online e
205 convida a todos. Sra. Aurora convida a todos para a live que ocorrerá dia 23 de março às 14h, via
206 plataforma online, com a Professora Aldaíza Sposati, como evento preparatório para a Conferência
207 Municipal. Não havendo manifestações e não havendo mais comentários Sr. Rodrigo encerra a
208 assembleia às 12h40.

209
210
211
212

213
214

Rodrigo Salvador Lachi
Presidente - CMAS

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo – CMAS